

PARECER HOMOLOGADO

Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 9/8/2013, Seção 1, Pág. 24.

Portaria nº 714, publicada no D.O.U. de 9/8/2013, Seção 1, Pág. 21.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADA: Sociedade Educacional de Santa Catarina		UF: SC
ASSUNTO: Credenciamento do Centro Universitário Tupy, por transformação do Instituto Superior Tupy, com sede no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina.		
RELATOR: Luiz Fernandes Dourado		
e-MEC Nº: 201108561		
PARECER CNE/CES Nº: 33/2013	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 31/1/2013

I – RELATÓRIO

Em 30/5/2011, foi protocolizado no sistema e-MEC, pedido de credenciamento como Centro Universitário por transformação do Instituto Superior Tupy (IST) mantido pela Sociedade Educacional de Santa Catarina (SOCIESC), inscrita no CNPJ 84.684.182/0001-57, sem fins lucrativos.

Cumprir informar que inicialmente a instituição solicitou credenciamento como Centro Universitário, em 27 de julho de 2006, conforme processo Sapiens nº 20060007337, porém em atendimento à Nota Técnica nº 005/2010 COREG/SESU/MEC de 30 de junho de 2010, o mesmo foi protocolizado no e-MEC sob o nº 201108561.

O Instituto Superior Tupy (IST) está situado na Rua Albano Schmidt, nº 3333, bairro Boa Vista, Joinville, Santa Catarina. Seu credenciamento ocorreu pela Portaria MEC nº 1.172, publicada no DOU de 28/7/1999.

A instituição possui IGC 3 (três), e de acordo com o cadastro e-MEC, oferece atualmente os cursos apresentados na Tabela 1. Constam registrados no sistema e-MEC pedidos de reconhecimento dos cursos de Direito, Gestão de Sistemas de Informação-EAD; de renovação de reconhecimento dos cursos de Engenharia Metalúrgica, Gestão de Qualidade, Logística, Sistemas para Internet, pedido de autorização do curso de Logística-EAD, e de recredenciamento presencial e EAD.

Tabela 1. Cursos de graduação oferecidos pelo Instituto Superior Tupy com seus respectivos atos autorizativos e conceitos.

Cursos	Atos	Finalidade	Conceito CPC/CC
Administração	Portaria SESu nº 1.835, de 22/12/2009	Rec.	CPC 5/CC 4
Arquitetura e Urbanismo	Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012	Renov. Rec.	CPC 4/CC 3
Automação Industrial	Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012	Renov. Rec.	CPC 3/--
Ciências Contábeis	Portaria SERES nº 432, de 21/10/2011	Rec.	--/CC 4
Design de Produto	Portaria SERES nº 39, de 19/4/2012	Rec.	--/CC4

Direito	Portaria SESu nº 558, de 26/6/2007	Aut.	--/CC4
Engenharia Civil	Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012	Renov. Rec.	CPC4/CC 4
Engenharia de Computação	Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012	Renov. Rec.	CPC3/CC 4
Engenharia de Controle e Automação	Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012	Renov. Rec.	CPC 4/CC 5
Engenharia de Materiais	Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012	Renov. Rec.	CPC 3/CC 4
Engenharia Produção	Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012	Renov. Rec.	CPC 3/CC 4
Engenharia Elétrica	Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012	Renov. Rec.	CPC4/CC4
Engenharia Mecânica	Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012	Renov. Rec.	CPC 4/CC 4
Engenharia Metalúrgica	Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012	Renov. Rec.	CPC 3/CC 4
Engenharia Química	Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012	Renov. Rec.	CPC 3/CC4
Fabricação Mecânica	Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012	Renov. Rec.	CPC 4/--
Gestão da Qualidade	Portaria SERES nº 113, de 27/6/2012	Renov. Rec.	--/CC4
Gestão Recursos Humanos	Portaria SETEC nº 303, de 10/12/2009	Aut.	--/--
Gestão Sistemas de Informação - EAD	Portaria MEC nº 756, de 22/3/2006	Aut.	CPC3/--
Gestão Financeira	Portaria SETEC nº 303, de 10/12/2009	Aut.	--/--
Logística	Portaria SERES nº 108, de 22/6/2012	Renov. Rec.	--/CC4
Marketing	Portaria SETEC nº 303, de 10/12/2009	Aut.	--/--
Manutenção Industrial	Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012	Renov. Rec.	CPC 3/CC4
Pedagogia	Portaria SERES nº 20, de 12/3/2012	Rec.	--/CC4
Processos Gerenciais	Portaria SETEC nº 261, de 31/3/2011	Renov. Rec.	CPC 3/--
Processos Gerenciais - EAD	Portaria MEC nº 756, de 22/3/2006	Aut.	CPC 3/--
Processos Metalúrgicos	Portaria MEC nº 2.550, de 24/8/2004	Rec.	--/--
Qualidade e Produção Industrial	Portaria MEC nº 4.255, de 21/12/2004	Rec.	--/--
Sistema de Informação	Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012	Renov. Rec.	CPC 4/CC 4
Sistema de Telecomunicações	Portaria SETEC nº 65, de 28/2/2008	Rec.	--/CC 4

Sistemas para Internet	Portaria SETEC nº 63, de 28/2/2008	Rec.	--/CC 4
------------------------	------------------------------------	------	---------

II - DA AVALIAÇÃO *IN LOCO*

A Comissão de Avaliação realizou visita no período de 28/11 a 2/12/2010, resultando no Relatório de nº 85.146, com Conceito Institucional (CI) 4 (quatro). A Comissão atribuiu à avaliação externa desta Instituição os conceitos descritos no quadro abaixo:

Quadro 1. Conceitos atribuídos pela Comissão de Avaliação in loco, aos indicadores conforme Instrumento de Avaliação Institucional Externa para Recredenciamento.

Dimensões	Conceitos
1. A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).	5
2. A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.	4
3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	5
4. A comunicação com a sociedade.	5
5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.	5
6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.	5
7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.	4
8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.	4
9. Políticas de atendimento aos estudantes.	4
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.	3
CONCEITO INSTITUCIONAL	4

Com relação às dimensões, foram feitas as seguintes observações pelos avaliadores:

DIMENSÃO 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

Verificou-se a implantação do PDI do Instituto Superior Tupy por intermédio do atingimento de metas nele fixadas, muitas superadas largamente. No primeiro caso, exemplifica-se com o atendimento ao desenvolvimento de ações que visem a incrementar o oferecimento de produtos e serviços de inovação, que atendeu a 100% do proposto, e no segundo caso, a realização de eventos abertos ou “in company”,

cuja execução superou em 425% o previsto no PDI. A oferta crescente de cursos de graduação e a formação de turmas em todos eles demonstram a importância da IES na região na qual se insere. A Comissão registra que a manutenção do Curso de Pedagogia, com baixa demanda, realça os esforços da IES em ir ao encontro das políticas do MEC de fomento às licenciaturas. A expansão dos Cursos de Pós-Graduação presencial e na modalidade a distância superou as metas previstas no PDI. As ações de ensino, pesquisa e educação desenvolvidas pelo IST demonstram com clareza a Visão, a Missão e os Princípios e Valores da IES. A Concepção Pedagógica que norteia a elaboração das políticas estruturantes do PPI leva em consideração a formação do homem como sujeito epistêmico, crítico, atuante e participante na construção de seu conhecimento e na formação de sua cidadania. A Comissão constatou que a autonomia dos estudantes é bastante estimulada e valorizada. Os projetos pedagógicos dos Cursos são alicerçados nos conceitos de inter, trans e multidisciplinaridade. Nota-se um envolvimento expressivo entre a graduação e a pós-graduação, com os docentes e discentes sendo estimulados a ter produção científica e intelectual. As elaborações de programas e conteúdos são feitas de forma participativa, com a necessidade de que os docentes tenham conhecimento não apenas do PDI e do PPI, mas igualmente do PPC do Curso ao qual está vinculado.

Os estágios acadêmicos são acompanhados de forma eficiente, sendo presenciais as visitas dos docentes supervisores às empresas nas quais os estágios são realizados, quando estas estão localizadas na área de inserção da IES. Quanto aos egressos, a IES busca o acompanhamento através de correio eletrônico. As atividades de responsabilidade socioambiental da IES são desenvolvidas de modo a envolver toda a comunidade acadêmica e se vinculam estreitamente às atividades extensionistas. Desta forma, fortalece-se o espírito de equipe, que é registrado no PDI. Constatou-se que existe articulação entre o PDI e os processos de avaliação externa e autoavaliação institucional, sendo os relatórios de ambas usados para a correção pontual de aspectos do PDI e também para a sugestão de melhorias a ser implementadas. A IES fixou o patamar de 85% como referencial mínimo de qualidade e satisfação para as dimensões objeto de autoavaliação. A Comissão de Avaliação pode perceber elevado grau de satisfação dos Gestores, Docentes, Funcionários Técnico-Administrativos e Discentes com a IES. Percebeu-se que os segmentos orgulham-se de pertencer à IES e contribuir ativa, crítica e propositivamente para seu fortalecimento. Desta forma, os dados desta dimensão superam em muito os referenciais mínimos de qualidade.

DIMENSÃO 2: A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades

Considera-se que há coerência das políticas de ensino, pesquisa e extensão com o PDI e PPI. Estas políticas estão suficientemente implantadas, conforme demonstrado nos documentos analisados pela comissão avaliadora. As atividades realizadas pelos cursos de graduação ocorrem conforme previsto no PDI. Desde 2008 foram iniciados em média 07 cursos de Pós-graduação "Lato-sensu" por ano, todos na área de engenharia, que observam os referenciais de qualidade e contam com 515 alunos matriculados. A IES também oferece os cursos de mestrado profissional em Engenharia Mecânica e de Produção, ambos com conceito 3, que foram recomendados pela CAPES em 2008 e 2009, respectivamente. O programa de

Iniciação Científica (IC) está institucionalizado, conta com bolsas PIBIC, FAPESC e de outros órgãos de fomento. Somente em 2010 foram concedidas cerca de 40 bolsas de IC. O IST conta com diversos projetos de pesquisa cadastrados na CAPES e com pelo menos cinco grupos de pesquisa no CNPq a saber: Engenharia de produto e processo, Educação científica e tecnologia, Grupo integrado de produto e processo, Promolde e Metalurgia física e engenharia de superfícies. As atividades na área de extensão também ocorrem com elevada intensidade e relevância acadêmica, científica e social, sendo vinculadas a atividades de responsabilidade social. Assim sendo, a presença e reconhecimento do IST pela comunidade Joinvilense é bastante marcante. Além dos cursos de extensão com programação intensa são realizados serviços de consultoria nas áreas de Engenharia Mecânica e de Metalurgia.

DIMENSÃO 3: A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural

As atividades de Responsabilidade Social (RS) do IST documentadas e comprovadas pela Comissão estão coerentes com o PDI, materializando-se sob a forma de diversos Projetos que abrangem diferentes áreas do saber, do conhecer e do fazer. Dos 21 Projetos realizados em 2008, evoluiu-se para 28 em 2009 até atingir os 30 correntemente em curso. Os eventos de RS passaram de três em 2009 para oito realizados em 2010. Mereceram especial atenção da Comissão o Projeto da Régua da Inclusão para Deficientes Visuais, projeto implementado quanto à confecção do material pelo Curso de Engenharia de Plásticos, e o Projeto “Coleta dos Sonhos – Natal Solidário”, ambos com repercussão e adesão para muito além da região de inserção da IES, envolvendo pessoas de todo o Brasil. O primeiro projeto mencionado acima objetivou a confecção de uma régua plástica especialmente adaptada ao uso de deficientes visuais, coerente e consistente com a formulação constante no PDI de que o IST “assume o compromisso em ser agente transformador na realidade social”. A Comissão constatou que existe vinculação estreita entre as ações de RS da IES e os projetos extensionistas da mesma, desenvolvidos dentro dos eixos de extensão estabelecidos no PDI. A Comissão verificou o desenvolvimento de programas destinados à preservação da memória da cidade de Joinville, como, por exemplo o levantamento do patrimônio artístico e cultural da cidade, o Museu da Fundação (que se refere à base histórica de fundação da própria IES) e o fomento às artes e à cultura, como a Orquestra e a Companhia de Teatro. Todos esses projetos estão respaldados no PDI e são compreendidos como metas do mesmo a serem cumpridas. O IST participa de Programas de Inclusão Social promovidos pelas três esferas de Governo: Federal, Estadual e Municipal, como o Programa Universidade Para Todos – PROUNI – e Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES – do Governo Federal, além de bolsas amparadas nos Artigos nº 170 e 171 da Lei Complementar nº 281, do Estado de Santa Catarina, às quais se somam as bolsas concedidas pela Prefeitura Municipal de Joinville. À exceção daquelas dos Programas de Inclusão do Governo Federal, todas as demais são concedidas com percentuais diferenciados. O quantitativo de alunos beneficiados pelos Programas supracitados evoluiu de 785 em 2007 para 910 em 2008 e para 1476 em 2009, superando as metas fixadas no PDI.

DIMENSÃO 4: A comunicação com a sociedade

As ações de comunicação social praticadas pelo IST estão coerentes com as explicitadas nos documentos oficiais (PDI, Regimento e Relatório de Autoavaliação). O IST interage de maneira efetiva e de formas diversificadas com a sociedade Joinvilense para que esta participe de suas atividades acadêmicas. A IES é fortemente comprometida com a melhoria da qualidade de vida da comunidade através de material de divulgação e de orientação ao cidadão. Os canais de comunicação e sistemas de informação para a interação interna e externa funcionam adequadamente, são acessíveis às comunidades interna e externa, viabilizam a divulgação das IES de forma permanente e atende plenamente as atividades acadêmicas e administrativas, bem como ao corpo docente, discente, técnico administrativo, egresso e a sociedade em geral. A comunicação interna do IST é eficiente e procura atender a comunidade acadêmica através de Boletins (informativos, folders, CPA e Ouvidoria), murais, sistema acadêmico (aluno@net, intranet, e-mail), além de reuniões da Direção e Gerência com professores e funcionários, bem como da Coordenação de Curso com representantes de turma, além da ouvidoria. O acesso ao conteúdo divulgado, por seus diversos meios e ferramentas de comunicação, tem contribuído para a consciência e o exercício de uma cidadania responsável, participativa e solidária, construtora de uma linha de força da sociedade civil. As ações em relação ao público externo também ocorre através de uma Assessoria de Imprensa e Marketing que define as estratégias que asseguram a democratização da informação. Para a comunicação com a sociedade externa, ressaltam-se a homepage da IES na internet, a revista do IST, os eventos internos e externos, como congressos, seminários e feiras, publicações em jornais e revistas locais e nacionais, material informativo, como folders outdoors e cartazes, e demais campanhas institucionais difundidas no rádio e televisão. A IES recebe constantes convites para participar de eventos públicos na sua área de atuação, tanto no Estado de Santa Catarina quanto em outros Estados. Detém uma imagem pública bastante positiva no Estado, inclusive recebeu o “Prêmio Catarinense de Excelência em Qualidade” no ano de 2008.

O IST possui serviço de ouvidoria há oito anos, mas somente a partir de 2009 é que passou a adotar essa denominação, após seu regulamento ter sido aprovado no CONSEPE. Funciona adequadamente segundo padrões de qualidade claramente estabelecidos, dispõe de pessoal e infraestrutura adequados. Este serviço é divulgado por toda IES, onde a comunidade acadêmica manifesta-se quanto aos serviços oferecidos. O serviço de ouvidoria pode ser acessado por meio do portal da IES, via telefone ou presencial, sendo garantido o sigilo dos nomes dos usuários e o retorno das informações. A ouvidoria é exercida por uma funcionária do corpo administrativo que tem a função de registrar as observações e informar, quando necessário, às instâncias acadêmicas e administrativas.

DIMENSÃO 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico- administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho

As políticas de pessoal do IST, envolvendo o plano de carreira, o aperfeiçoamento e o desenvolvimento profissional e as condições de trabalho estão firmadas no PDI e em documentos oficiais. O IST tem buscado, como política de qualificação, centrar-se na educação continuada e na educação institucional. A educação continuada permite que a organização incentive e mantenha intelectuais com capacidade de contribuir de forma positiva na área pedagógica, a partir de

discussões e do desenvolvimento de um pensamento reflexivo crítico e responsável e a educação institucional visa qualificar individualmente o profissional no exercício de sua atividade ou função. O corpo docente é formado por 157 profissionais, sendo 41 (26%) com formação “Lato sensu” e 116 (74%) “Stricto sensu”. Destes, 88 (56%) são Mestres e 28 (18%) são Doutores, ressaltando-se ainda a existência de vários docentes regularmente matriculados em cursos de Doutorado dentro e fora do Estado de Santa Catarina. Com relação ao regime de trabalho, 47 (30%) são horistas, 60 (39%) são contratados em regime parcial e 50 (31%) em tempo integral. O corpo docente do IST, além de qualificado, exerce funções em clima organizacional adequado. Os docentes são admitidos considerando-se a expansão das vagas para o corpo discente, a experiência profissional e à capacidade de agregar valor à IES, bem como segue as determinações estabelecidas no regimento geral da IES. O IST investe nas políticas de capacitação e acompanha o trabalho docente no âmbito didático-pedagógico em reuniões de planejamento e por meio da análise dos programas de disciplina. O plano de carreira docente está homologado na DRT/SC, implementado e difundido na comunidade acadêmica. Na reunião com os docentes foi observada satisfação dos mesmos em relação às condições de trabalho, enfatizando o respeito e o apoio à participação em eventos científicos e outros voltados para qualificação profissional. O perfil do corpo técnico-administrativo é adequado às necessidades da IES. São contratados de acordo com a formação e a experiência requerida para atender às descrições do cargo. O Plano de Carreira está protocolado na DRT/SC, implantado e difundido entre os funcionários e define bem a estrutura das carreiras técnico-administrativas, bem como a forma de promoção e progressão e os modos de gratificação. O Plano de Capacitação do Pessoal Técnico-Administrativo estabelece os programas de incentivos destinados a apoiar os técnico-administrativos em cursos de formação continuada ou mesmo de pós-graduação, desde que esteja coerente com o planejamento orçamentário. Na reunião com o pessoal técnico-administrativo foi registrada grande satisfação em relação às condições de trabalho e ao relacionamento deles com os dirigentes da IES.

DIMENSÃO 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios

A organização e a gestão da IES, especialmente no que se refere ao funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios estão coerentes com o PDI. A composição do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) está coerente com as políticas firmadas em seus documentos oficiais (PDI, Regimento e Relatório de Autoavaliação). O IST é uma instituição de caráter filantrópico e desenvolve suas atividades com base no planejamento financeiro, orçamentário e acompanhamento efetivo das ações correspondentes e inerentes à gestão da IES.

A gestão institucional é pautada em princípios de qualidade, sendo expressa em diretrizes de ações acessíveis ao conhecimento da comunidade. Todas as políticas concernentes às atividades de gestão institucional estão implementadas e em funcionamento, assim como a estrutura organizacional proposta. O gerenciamento por objetivos, com cumprimento de metas anuais e a gestão pela qualidade, desenvolvida conforme o ISO 9001, implementada desde o ano de 2000 e balizadas

pelo SINAES. Através da definição dos indicadores mensais, semestrais e anuais é feito o acompanhamento da maioria dos procedimentos acadêmicos.

O funcionamento, a representatividade e a autonomia do CONSEPE cumprem os dispositivos regimentais e estatutários. A gestão do CONSEPE enfatiza princípios de melhoria de cursos, qualidade das aulas ministradas e aprendizado dos discentes, tal como explicitados nos documentos oficiais (PDI, Regimento e Relatório de Autoavaliação). As reuniões ordinárias do CONSEPE são realizadas duas vezes por ano, podendo ocorrer reuniões extraordinárias, de acordo com a necessidade da IES. Ressalta-se que existe, prevista no Regimento, a presença de um representante da mantenedora que não dispõe de voto de qualidade, sendo sua presença justificada pela necessidade de acompanhamento das propostas que gerem despesas. O funcionamento e a representatividade do Colegiado de Curso está descrito no Regimento do IST, ocorrendo reuniões ordinárias, mínimo de três por semestre, e extraordinárias, conforme a necessidade.

DIMENSÃO 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação

A infraestrutura física do IST – Campus Boa Vista é adequada, muito bem dimensionada, conservada e está sendo ampliada. As 106 salas de aula são bem mobiliadas e climatizadas. Os recursos de informação e comunicação disponíveis são suficientes. Assim sendo, contatou-se a coerência da infraestrutura física observada com a especificada no PDI.

Os laboratórios de informática para uso geral e os 52 laboratórios específicos são mais que suficientes em quantidade e qualidade para os cursos oferecidos. Os espaços destinados à prática de esportes, atividades culturais e de lazer são suficientes e integrados com o meio-ambiente. Os banheiros são limpos e conservados. Existem banheiros, rampas de acesso e elevador adaptados para portadores de necessidades especiais. As salas destinadas à secretaria acadêmica, setor administrativo, professores e coordenadores são adequadas.

A biblioteca com área de 687,9 m² dispõe de espaço físico para o acervo, leituras individuais e em grupo e equipamentos para consulta via internet. Recursos como portal de pesquisa, Biblioteca.net e acesso ao portal de periódicos da CAPES estão disponíveis. A comissão também constatou uma elevada utilização da biblioteca pelos estudantes. A biblioteca é coordenada por profissional formado em biblioteconomia, e seu horário de funcionamento e a política de aquisição de acervo são adequados.

DIMENSÃO 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Superior Tupy abrange todos os segmentos acadêmicos e dispõe de um representante da Comunidade Externa. A participação de gestores, docentes, funcionários técnico-administrativos e de um representante discente parece espelhar o empenho da Instituição em que a CPA atue na proposição e busca de soluções para os problemas eventualmente detectados. A autoavaliação demonstrou que até recentemente algumas metas propostas não foram atingidas, quer sob o ponto de vista quantitativo, quer sob o ponto de vista qualitativo, sendo destacado pelos integrantes da CPA que o não atingimento dessas metas deu-se em parte em razão da crise financeira global de 2008. Contudo, fez-se a ressalva de que não se busca “a meta pela meta”, i.e., a

fixação de objetivos que se revelariam inatingíveis. Por outro lado, muitas das metas e objetivos propostos no PDI foram superados largamente face ao proposto inicialmente. Foi enfatizada que as ponderações da CPA são plenamente acatadas pela Direção do IST e que o respaldo de integrantes da sociedade externa confere mais legitimidade e representatividade à IES na sua contextualização e inserção regional. Foi apontada como ainda deficiente a política de comunicação interna. O endomarketing, baseado principalmente na intranet, nem sempre se revela eficaz, face, segundo salientado, por falta do hábito de os estudantes, funcionários técnico-administrativos e docentes acessarem a Intranet. Por outro lado, o marketing externo foi apontado como eficiente. Não foi demonstrado desconforto pelo fato de não haver representação organizada dos estudantes no âmbito da IES, sendo afirmado que a representação por turma e por curso, além da representação nos Colegiados e no CONSEPE, atendem suas necessidades.

DIMENSÃO 9: Políticas de atendimento aos discentes

As políticas de atendimento aos discentes praticadas pelo IST estão em consonância com o descrito no PDI e na documentação interna da IES. A Comissão constatou que existe todo um planejamento integrado no IST de acolhida ao discente desde o seu ingresso na Instituição. Oferecem-se oportunidades de educação continuada aos estudantes. Uma vez que a maior representatividade dos cursos do IST é da área das Engenharias, e havendo a percepção de deficiências de formação dos estudantes, sobretudo para as disciplinas de Cálculo e Física, o IST criou o “Pré-Cálculo”, programa propedêutico que visa a oferecer nivelamento aos ingressantes, assim como aos estudantes de períodos mais adiantados. Concomitantemente, oferece-lhes a monitoria de cálculo, aos sábados, com um monitor sob a supervisão de um docente. O Programa foi avaliado positivamente pela totalidade dos estudantes, que defenderam sua manutenção e ampliação. A Comissão entende que esta prática constitui-se um diferencial da IES. O SAOEP – Serviço de Apoio e Orientação Educacional e Profissional – é o responsável pela gestão das bolsas de estudos e também pelo aconselhamento psicopedagógico aos discentes, que a ele recorrem em momentos de dificuldades pontuais, sejam estas de natureza pessoal, financeira ou de aconselhamento psicopedagógico. Quanto ao incentivo à participação em eventos e atividades pelos discentes do IST, verifica-se que a IES fomenta e estimula a formação de equipes que desenvolvam projetos sob a supervisão de docentes. A Comissão percebeu o desenvolvimento de atividades extensionais que atraem a participação de muitos estudantes, destacando-se o Projeto Baja, de protótipo de veículo de competição off-road, premiado em várias competições de âmbito regional e nacional. Também projetos de reaproveitamento de alumínio descartado têm envolvido docentes, estudantes e indústrias do entorno. Os atendimentos dão-se por diferentes canais de comunicação: presencial, telefônica e website ou e-mail, tendo a Comissão verificado que o retorno às demandas, críticas e sugestões se dá com agilidade, havendo prazos a ser cumpridos no atendimento às demandas. Verifica-se que os dados dessa dimensão estão além do referencial mínimo de qualidade.

DIMENSÃO 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior

Quanto à sustentabilidade financeira, esta comissão analisou o planejamento econômico e financeiro para o triênio 2009-2011, onde constam a evolução da

receita, fluxo de caixa operacional e o plano de investimentos. Neste período o valor médio anual previsto para a receita é de cerca de R\$ 32.000.000,00. A despesa com salários e encargos sociais corresponde a 44% da receita anual. O valor médio anual para o percentual margem de contribuição líquida é de 6,88%. O plano de investimento indica elevada alocação de recursos para a aquisição de equipamentos para laboratórios, ampliação de acervo da biblioteca, aparelhamento de salas de aula e capacitação docente. O valor médio anual que vem sendo aplicado nestes quatro tipos de investimento é de cerca de R\$ 1.400.000,00. Assim sendo, as políticas de aquisição de equipamentos e de conservação de espaço físico são adequadas à implementação dos programas de ensino, pesquisa e extensão. A sustentabilidade financeira está coerente com a especificada no PDI, portanto fica configurado um quadro similar ao referencial mínimo de qualidade.

A instituição atende a todos os requisitos legais.

III – PARECER DA SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SERES)

Consoante ao disposto na Resolução CNE/CES nº 01, de 20/1/2010, foram observadas as seguintes condições para o credenciamento desta instituição como Centro Universitário:

I – mínimo de 20% (vinte por cento) do corpo docente contratado em regime de tempo integral: Atendido.

II – mínimo de 33% (trinta e três por cento) do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado: Atendido. A instituição possui 74% de docentes mestres e doutores.

III – mínimo de cinco cursos de graduação reconhecidos e com avaliação positiva pelo Ministério da Educação: Atendido. Obs.: este item foi verificado em conformidade com o Artigo 8º desta Resolução.

IV – Plano de Desenvolvimento Institucional e proposta de estatuto compatíveis com a solicitação de transformação em Centro Universitário: Atendido.

V – programa de extensão institucionalizado nas áreas do conhecimento abrangidas por seus cursos de graduação: Dispensado, conforme o Artigo 8º desta Resolução.

VI – programa de iniciação científica com projeto orientado por professores doutores ou mestres, podendo também oferecer programas de iniciação profissional ou tecnológica e de iniciação à docência: Dispensado, conforme o Artigo 8º desta Resolução.

VII – plano de carreira e de política de capacitação docente implantados: Atendido.

VIII – biblioteca com integração efetiva na vida acadêmica da Instituição e que atenda às exigências dos cursos em funcionamento, com planos fundamentados de expansão física e de acervo: Atendido.

IX – não ter firmado nos últimos 3 anos, termo de saneamento de deficiências ou protocolo de compromisso com o Ministério da Educação, relativamente à própria instituição ou qualquer de seus cursos. Atendido.

X – não ter sofrido qualquer das penalidades de que trata o § 1º, do art. 46, da Lei nº 9.394/96, regulamentado pelo art. 52 do Decreto nº 5.773/2006: Atendido.

De modo geral a instituição está bem estruturada, mantendo qualidade adequada de funcionamento, refletida na obtenção de conceitos satisfatórios no Índice Geral de Cursos (IGC) nos anos de 2007, 2008, 2009, e 2010. Desde a época de seu credenciamento vem

ampliando a oferta de cursos, sendo que atualmente está ofertando 31 (trinta e um) cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e tecnológicos) conforme registrado no Cadastro e-MEC, além dos cursos de pós-graduação lato sensu e de Mestrado Profissional conceituado satisfatoriamente pela CAPES. Convém observar que possui 25 (vinte e cinco) cursos já reconhecidos pelo MEC. Pode-se concluir que a instituição evoluiu tanto em termos de criação de novos cursos, quanto à oferta de pós-graduação.

Quanto à Resolução CNE/CES nº 1, de 20/1/2010, conforme apresentado acima, todos os itens foram atendidos pela instituição.

Diante do exposto, esta Secretaria é de parecer favorável ao credenciamento do Centro Universitário Tupy, por transformação do Instituto Superior Tupy, mantido pela Sociedade Educacional de Santa Catarina, ambos localizados na Rua Albano Schmidt, nº 3333, bairro Boa Vista, no Município de Joinville/SC, submetendo o presente processo à deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Considerações do Relator

O processo em tela apresenta elementos que demonstram tratar-se de Instituição comprometida com a oferta de Educação Superior de qualidade e engajada na região onde atua, fato este evidenciado no conjunto das ações institucionais desenvolvidas com destaque para as ações de extensão. Ademais os avaliadores institucionais assinalaram a significativa participação de professores e estudantes em atividades de pesquisa e iniciação científica. Merece ser ressaltado, ainda, de acordo com o relato dos avaliadores in loco, que a instituição vem cumprindo as propostas de seu PDI; há o desenvolvimento de atividades de pesquisa e cursos de pós-graduação lato sensu e curso de Mestrado Profissional conceituado satisfatoriamente pela CAPES; a instituição desenvolve adequadamente as suas ações de responsabilidade social através de vários projetos; existem mecanismos de comunicação tanto interna quanto externa, inclusive com ouvidoria implantada; possui corpo docente qualificado com plano de carreira homologado, implantado e difundido; o corpo técnico-administrativo é adequado às necessidades da instituição com políticas de capacitação e plano de carreira implantado, difundido e protocolado no órgão responsável; a gestão da instituição é pautada em princípios de qualidade, realizada através dos colegiados e coordenadorias de maneira adequada e com autonomia; as instalações físicas são bem dimensionadas atendendo às atividades da instituição, inclusive com acessibilidade; os resultados das avaliações são utilizados como meio de aperfeiçoamento institucional; os alunos contam com programas de incentivo para o desenvolvimento acadêmico, incluindo disponibilidade de bolsas, incentivo à participação em eventos; acompanhamento psicopedagógico, nivelamento e acompanhamento dos egressos; por fim, a faculdade possui sustentabilidade financeira para a continuidade de suas atividades.

O crescimento da Instituição, por meio da abertura de cursos de graduação, pós-graduação (lato e stricto sensu) encontra-se em consonância com o projetado no PDI da IES e acrescenta-se os conceitos atribuídos ao IGC 3, CI 4, IGC contínuo 2.8600 que refletem o bom desempenho desta instituição.

Considerando que o processo foi devidamente instruído, apresentando todas as informações de forma clara e consistente, atendeu a todos os itens da Resolução CNE/CES nº 01, de 20/1/2010, submeto à Câmara de Educação Superior (CES) desse órgão colegiado o voto abaixo.

IV – VOTO DO RELATOR

Nos termos do Decreto nº 5.786/2006 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010, considerando a instrução processual, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro

Universitário Tupy, por transformação do Instituto Superior Tupy, mantido pela Sociedade Educacional de Santa Catarina (SOCIESC), inscrita no CNPJ 84.684.182/0001-57, sem fins lucrativos, ambos localizados na Rua Albano Schmidt, nº 3333, bairro Boa Vista, no Município de Joinville, no Estado de Santa Catarina, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007.

Brasília (DF), 31 de janeiro de 2013.

Conselheiro Luiz Fernandes Dourado – Relator

V – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do relator.
Sala das Sessões, em 31 de janeiro de 2013.

Conselheiro Gilberto Gonçalves Garcia – Presidente

Conselheira Ana Dayse Rezende Dorea – Vice-Presidente